

QUAL A FINALIDADE DA ESCOLA?

Cristiana Hoffmann Selau Cândido, UNISUL¹

Daisi da Silva Santos, UNISUL²

Elizandra Nazário Silva Savio, UNISUL³

Flávia Wagner, UNISUL⁴

Maria Edineia Faust, UNISUL⁵

RESUMO

A função da escola pública no Brasil tornou-se obscura devido a influências ideológicas e econômicas, que desviam seu propósito principal de garantir conhecimentos científicos, formar cidadãos críticos e participativos na sociedade. O primeiro trabalho “Aspectos históricos e atuais sobre a finalidade da escola”, objetivou analisar a evolução do papel da escola ao longo da história, visando compreender sua função na atualidade. O segundo é sobre “Conexões entre memórias Coletivas x imperativos estruturais, na finalidade das escolas públicas”, o objetivo é comparar elementos estruturais entre escolas e fábricas, para refletir sobre a finalidade das escolas. O terceiro destaca: “A finalidade da escola frente ao trabalho docente” objetiva analisar o espaço institucional escolar e o processo de desintelectualização dos docentes. No plano metodológico, são pesquisas bibliográficas de abordagem qualitativa, os pressupostos teóricos são: CHARLOT (2005); FREITAS (2012); LIBÂNEO (2016; 2020); SAVIANI (2007); MAFFESOLI (2005); GENTILLI (2009); LÜCK (2008; 2009; 1017); POLLAK (1992); VYGOTSKY (1987); WALLON (2008). Principais resultados: a escola pública enfrenta desafios significativos devido a influências políticas e econômicas, que desviam seu propósito de formar cidadãos críticos e participativos; a arquitetura e mobília das escolas agem, como Imperativos Estruturais, na construção de memórias afetivas do sujeito-aluno, os quais vão encontrar em fábricas, por meio das memórias coletivas, elementos familiares aos da escola, como o sinal e a ordem de filas indianas. E por fim, os docentes estão imersos num cenário de precarização de condições e desvalorização do trabalho, assim como, o reflexo das políticas públicas no processo de desintelectualização do docente.

Palavras-chave: sociedade capitalista, trabalho docente, memória escolar.

¹ Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.

² Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.

³ Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.

⁴ Orientadora e Docente dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.

⁵ Docente na Educação Básica. Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS SOBRE A FINALIDADE DA ESCOLA

Maria Edinéia Faust - UNISUL

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar a evolução do papel da escola ao longo da história, visando compreender sua função na atualidade. Desde a Idade Média, a escola foi concebida para atender às necessidades de uma elite privilegiada e para servir aos interesses políticos dominantes de cada período. Ao longo do tempo, observamos uma ampliação gradual do acesso à educação, antes reservada apenas às classes mais favorecidas, agora contemplando toda a população. A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a educação gratuita e de qualidade foi estabelecida como um direito para todos os cidadãos. No entanto, mesmo com essa garantia legal, persistem debates e questionamentos sobre a qualidade da educação oferecida e para quem ela serve. Diante deste contexto, surgem diversas indagações sobre a finalidade da escola. Assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica para refletir sobre a finalidade da escola pública, procurando compreender para onde as políticas educacionais estão direcionando a trajetória da escola.

Palavras-chave: Escola, Educação, História.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma reflexão crítica sobre a evolução da função da escola ao longo da história, desde a Idade Média até os tempos atuais, destacando como os interesses político-econômicos têm influenciado a educação pública no Brasil. Ao longo dos séculos, a escola foi moldada de acordo com os contextos sociais, políticos e econômicos de cada época, refletindo os valores e as necessidades predominantes da sociedade.

Na contemporaneidade, apesar do reconhecimento do direito à educação pública na Constituição Federal, ainda enfrentamos desafios significativos para garantir uma educação adequada. A falta de investimentos, desigualdades socioeconômicas, infraestrutura precária, deficiências no currículo e na formação de professores são apenas algumas das questões que continuam a impactar negativamente o sistema educacional brasileiro. Questões como acesso à tecnologia e desigualdades regionais também são obstáculos, que precisam ser enfrentados para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

E qual a função da escola na atualidade? O texto busca uma reflexão acerca deste questionamento. A função da escola pública no Brasil tornou-se obscura devido a influências particulares, ideológicas e econômicas, que desviam seu propósito principal de garantir

conhecimentos científicos sólidos, formar cidadãos críticos e participativos na sociedade. A finalidade da escola ao longo da história tem sido influenciada pelos interesses político-econômicos dominantes, restrição em detrimento da democratização do acesso ao conhecimento e da promoção da igualdade social.

Em paralelo ao contexto apresentado, houveram movimentos de resistência, a este sistema de educação, que incluem a criação de sindicatos de professores, de movimentos estudantis e organizações da sociedade civil que lutam por uma educação inclusiva, crítica, transformadora e acessível para todos. Embora a história apresenta a educação voltada para as classes mais favorecidas, não significa que isso foi aceito de forma passiva e complacente.

Na atualidade, têm surgido currículos inovadores que buscam não apenas transmitir conhecimento, mas também desenvolver habilidades como pensamento crítico, criatividade, colaboração e resolução de problemas. Apesar de interesses políticos educacionais nos levarem ao desencontro da verdadeira função social da escola, existem professores comprometidos que têm buscado formas de engajar os alunos de maneira mais significativa, utilizando métodos de ensino mais participativos para dar mais sentido à experiência de aprendizagem. Estes esforços refletem uma busca por uma educação que se adapte às necessidades e realidades dos estudantes, visando prepará-los para os desafios do mundo contemporâneo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica reflexiva que busca analisar a finalidade da escola pública nos dias atuais. Utilizamos como principal referencial as produções de José Carlos Libâneo e artigos disponíveis em base de dados da scielo, que trazem essa abordagem acerca da finalidade da escola pública nos dias atuais.

FINALIDADE DA ESCOLA

Para entender qual é a finalidade da escola na atualidade, procurei por meio dos estudos feitos por Érika Dias (2023) um breve resgate histórico que relembra um pouco dos momentos marcantes na história quanto a função da escola ao longo dos tempos desde a Idade Média até a contemporaneidade. No período da Idade Média, a escola era de interesse religioso. A finalidade da escola era instruir uma parte da sociedade e somente essa tinha acesso aos conhecimentos, essa parcela era destinada aos filósofos, nobres e intelectuais, tais ensinamentos

eram repassados pelos sacerdotes que possuíam o controle social. Segundo estudos realizados por Dias (2023), “Na Baixa Idade Média que nascem as universidades e aumenta a procura pelas obras dos filósofos[...]” Já na época do Renascimento a escola passou a ser um lugar para formar homens livres. Dias (2023) relata que com o avanço dos novos tempos, o Antigo Regime finda as relações feudais, derrubando as monarquias absolutas, e já se inicia um movimento que falava do direito à escola pública para todos. Ela lembra que no final do século XIX, a função social da escola passa englobar um ensino voltado ao preparo para o trabalho nas fábricas. Antes de formar cidadãos a escola formava operários preparados para o mercado industrial. Neste mesmo período inicia-se o movimento voltado à escola técnica, para assim garantir mão de obra mais qualificada. E ainda relata em seus estudos que no século XX, a escola é vista como um espaço de reprodução de herança cultural, onde o conjunto de crenças de um determinado grupo de pessoas vai passando de geração em geração, favorecendo ainda mais as desigualdades sociais. Caracteriza a desigualdade social pois as classes mais favorecidas, classes dominantes, mostram-se mais instruídos naturalmente pelos saberes que circulam em seu meio familiar, enquanto que, a classe menos favorecida possuem herança cultural precária, dificultando a absorção dos conhecimentos, que para ela, circulam somente no espaço escolar. Finalizo esta trajetória histórica concluindo que a finalidade da escola está marcada pelos interesses políticos e econômicos, favorecendo as classes dominantes e distanciando ainda mais as classes menos favorecidas do conhecimento científico, dificultando assim a transição de um indivíduo migrar da classe menos favorecida para um outro patamar social.

No Brasil o direito ao ensino público foi reconhecido na Constituição Federal de 1988. O Art. 6º assegura a educação como direito de todo cidadão. Antes disso, o estado não tinha obrigações de garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros, assim como não garantia os direitos sociais.

Já no século XXI, referente a nossa atualidade, a escola pública tem sua finalidade questionável. Deveria ser de responsabilidade do ensino público garantir conhecimentos científicos com base sólidas. Mas os interesses particulares, ideológicos e econômicos têm influenciado a educação pública no Brasil, desviando o seu propósito principal. A escola vem desempenhando papel de amparo social.

Isso faz com que a não consiga cumprir o seu papel de formar cidadãos críticos e participativos na sociedade. Segundo Gentili, (2009) historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação, impedindo seu acesso à escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida, outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não

garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar.

[...] foi o não reconhecimento desse direito na legislação nacional, ou reconhecê-lo de forma fraca, indireta ou restrita, assim como o impedimento ao acesso de grandes setores da população aos níveis mais básicos da escolaridade, mesmo quando a legislação nacional assim o exigia. Excluídos de fato e de direito, os pobres viram suas oportunidades educacionais se diluírem em um arsenal de dispositivos e argumentações mediante os quais se justifica sua baixa ou nula presença nos âmbitos educacionais. (GENTILLI, 2009, p.1061)

A exclusão educacional ocorre quando o direito à educação não é reconhecido ou é implementado de forma restrita, resultando na marginalização de grandes segmentos da população, especialmente os menos favorecidos. Isso ocasionou o impedimento do acesso de grande parte da população aos níveis mais básicos de escolaridade, mesmo quando a legislação exige o contrário levando à exclusão dos grupos mais vulneráveis, cujas oportunidades educacionais são drasticamente reduzidas e essa restrição do acesso a uma educação de qualidade, limita a oportunidade de desenvolvimento pessoal e social. O reconhecimento efetivo do direito à educação faz-se necessário para promover a igualdade de oportunidades, independente de sua condição socioeconômica.

A forma de funcionamento das escolas, bem como seus objetivos estão vinculadas aos interesses das políticas públicas, tanto nacionais quanto internacionais. Segundo Libâneo (2016), estudos recentes indicam, por exemplo, que uma das orientações mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, em que um de seus ingredientes é a implementação de um currículo instrumental ou de resultados. Partindo deste princípio, a escola acaba se perdendo da sua função principal que é fornecer educação formal, transmitindo conhecimentos acadêmicos e habilidades para os estudantes. Isso faz com que a escola desfigure o ensino na formação cultural e científica em consequência da desvalorização do conhecimento escolar.

O acesso aos conhecimentos culturais e científicos é defendido como um meio de promover o desenvolvimento dos processos psíquicos superiores dos alunos, em conexão com suas práticas socioculturais e institucionais. Esse acesso é considerado essencial para superar as desigualdades educacionais e garantir uma educação de qualidade e inclusiva. Em uma abordagem crítica da relação entre educação e pobreza, para responder alguns questionamentos

sobre a função da escola principalmente as escolas destinadas para as classes sociais menos favorecidas, Libâneo (2016), comenta que a definição de objetivos e funções da escola incide diretamente no projeto pedagógico, no currículo, nas formas de organização e gestão, na formação continuada de professores, nos modos de assistência pedagógica aos professores, na dinâmica da sala de aula, nas formas de avaliação do sistema e na avaliação escolar. Essa observação ressalta a importância de examinar as políticas educacionais e o papel do conhecimento escolar na promoção do progresso dos alunos, com o objetivo de diminuir as disparidades educacionais na sociedade.

Segundo Libâneo (2016), na linguagem dos documentos do Banco Mundial (BM), a educação é a solução para prevenir problemas da expansão capitalista em decorrência da marginalidade e da pobreza. Seguindo a linha de raciocínio do Libâneo, a estratégia do BM, é que a solução para os problemas educacionais estão nos bancos escolares, uma educação voltada a preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, cidadão com conhecimentos e habilidades de modo a atender as necessidades das classes dominantes. A subordinação da educação aos interesses econômicos e políticos é um grande obstáculo para se alcançar uma educação de qualidade e para todos. Libâneo ainda afirma, nesse enfoque de educação, os papéis da escola e do ensino referentes aos conteúdos científicos e ao desenvolvimento da capacidade de pensar estão ausentes, a despeito do uso de termos edificantes como desenvolvimento humano, instrução para todos, equidade, inclusão social. A escola se reduz a atender conteúdos “mínimos” de aprendizagem numa escola simplificada, aligeirada, atrelada a demandas imediatas de preparação da força de trabalho. O que precisa ser desvendado nesses princípios assentados na satisfação de necessidades básicas de conhecimento é que, na verdade, trata-se de criar insumos para que o aluno alcance o aprendizado como produto. Essa visão política da educação, que prioriza a competitividade e a produtividade, acaba por desconsiderar a formação integral dos indivíduos, desvalorizando as dimensões éticas, sociais, culturais e críticas do processo educativo. Além disso, reforça desigualdades sociais.

Para superar essa lógica excludente e alienante, é necessário que a educação seja compreendida como um direito de todos e um instrumento de transformação social, capaz de promover a emancipação e a capacidade crítica dos indivíduos. Nesse sentido, é fundamental que se desenvolvam práticas pedagógicas que estimulem o pensamento reflexivo, a criatividade, a autonomia e a solidariedade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. É preciso, portanto, repensar o papel da educação e buscar alternativas



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

que atendam às verdadeiras necessidades da população, promovendo a inclusão, a diversidade e o respeito às diferenças.

FINALIDADE DA ESCOLA SOCIALMENTE JUSTA

Uma escola democrática promove a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento integral dos estudantes e a formação de cidadãos críticos, participativos, comprometidos com os valores democráticos.

A escola democrática é aquela em que os seus participantes, tanto os da comunidade interna quanto os da externa, estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação de qualidade para todos. (HONORATO, 2018 p.25)

Neste sentido, todos os membros da comunidade escolar têm voz e participam ativamente do processo de tomada de decisões, respeitando a diversidade e promovendo a inclusão. Busca proporcionar um contexto de aprendizado que estimule o pensamento crítico, a autonomia, a cooperação e o respeito aos direitos humanos. Criar condições, onde os estudantes possam não apenas adquirir conhecimento, mas também desenvolver habilidades sociais, emocionais e éticas que os preparem para uma participação ativa na sociedade. Silva e Terra (2021) mencionam que a escola democrática precisa ser, essencialmente, um espaço de construção do conhecimento, formador, integrador, problematizador, democrático, dialógico, de acesso para todos e de garantia de permanência de todos os estudantes que formam um grupo escolar. Na visão sociológica/intercultural de escola justa, Libâneo (2020), defende:

[...] um currículo de experiências socioculturais em que se destacam as práticas de compartilhamento de diferentes valores e de solidariedade, o acolhimento da diversidade social e cultural, a constituição de identidades culturais. No entanto, à medida que são valorizadas mais as práticas sociais da experiência corrente do que as práticas propriamente pedagógicas, inclusive o acesso aos conteúdos científicos e culturais, essa visão tende a dissolver o foco no conhecimento e no desenvolvimento de capacidades intelectuais, condição de autonomia e de liberdade para a expansão de outras capacidades humanas, inclusive de “dar voz” aos direitos sociais. Em Síntese, esta visão compreende que justiça social na escola acontece quando se oferece a todos um currículo diversificado, assentado em experiências locais e cotidianas, focado em vivências socioculturais, num ambiente de acolhimento às singularidades dos alunos e à diversidade sociocultural. (LIBÂNEO 2020 p.821)

Percebemos a importância de um currículo educacional que vai além do simples repasse de conhecimentos acadêmicos, essa abordagem busca preparar os alunos para uma participação ativa na sociedade, onde possam contribuir para a construção de um mundo mais justo e

igualitário. Essa visão busca desenvolver habilidades sociais, emocionais e críticas nos estudantes. Ao criar um ambiente escolar inclusivo, onde as singularidades são respeitadas, isso contribui para a promoção da justiça social dentro da escola.

Pensando neste sentido, um dos grandes desafios para o sucesso educacional está na forma como o gestor escolar conduz sua equipe pedagógica e demais organizações pertencentes a este ambiente, sejam elas didáticas ou não. Segundo Luck (2009)

Nenhuma escola pode ser melhor do que os profissionais que nela atuam. Nem o ensino pode ser democrático, isto é, de qualidade para todos, caso não se assente sobre padrões de qualidade e competências profissionais básicas que sustentem essa qualidade. (LUCK, 2009, p.12).

Ou seja, professores qualificados e capacitados são fundamentais para promover um ensino eficiente e de qualidade. Eles são responsáveis por conduzir os conhecimentos, desenvolver habilidades e competências nos alunos, além de estimular o interesse e o engajamento dos estudantes. Medeiros (2014) menciona que uma Educação Básica de qualidade não será atingida sem um aumento significativo dos investimentos em Educação Pública e em seus professores. Para tratar de qualidade no Ensino Público precisamos alinhar com a valorização salarial, e boas condições de trabalho dentro das instituições.

Além de garantir a valorização salarial dos profissionais da educação é fundamental estabelecer um plano de carreira que ofereça oportunidades de aperfeiçoamento na sua formação continuada profissional. Faz-se necessário, ensino democrático, ou seja, acessível a todos e atrelado à existência de padrões de qualidade e competências profissionais básicas (Luck, 2009). Isto significa que, para uma educação de qualidade, os estudantes necessitam de acesso ao ensino de qualidade, profissionais da educação (diretor, assistente de educação, professores, entre outros) preparados para atender às diferentes necessidades e demandas dos estudantes.

Dentre os profissionais da educação, o gestor escolar tem função essencial pois é

[...] o ator que corporiza a liderança, é o farol que ilumina o caminho a ser seguido pelas equipes educativas, promovendo a união, a motivação e o espírito de aprendizagem colaborativa entre todos os atores para a concretização da transformação da organização que idealizou para essa comunidade. (GOMES; SANTOS, 2023, p. 20)

O gestor escolar desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso educacional. Segundo Côrrea (2019), o bom gestor escolar consegue estabelecer uma relação de parceria com a sua equipe. Ele deve ser capaz de liderar e inspirar sua equipe pedagógica, fornecer orientação e apoio, desenvolver um ambiente de aprendizado positivo e garantir que

todos os recursos estejam disponíveis para os alunos. Honorato (2018) lembra que o fenômeno da liderança está presente desde o surgimento das mais primitivas formas de aglomerados humanos. Não diferente, a escola necessita desta liderança, neste caso falamos do diretor de escola, que não só orienta a instituição em direção aos seus objetivos educacionais, mas também inspira e motiva toda a comunidade escolar. Como alguém que valoriza a importância da liderança, vejo o diretor como um facilitador do crescimento e desenvolvimento tanto dos alunos quanto de toda a equipe pedagógica, criando um ambiente que promove a excelência acadêmica. Luck (2009) afirma que na equipe de gestão:

[...] tem destaque o diretor escolar, responsável maior pelo norteamento do modo de ser e de fazer da escola e seus resultados. Ela é também diretamente formada por diretores assistentes ou auxiliares, coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais e secretários escolares. (LUCK, 2009, p.22).

O diretor de escola desempenha um papel central, sendo fundamental na liderança de sua equipe para alcançar os objetivos, especialmente em uma escola democrática. A eficácia dessa liderança garante que todos os envolvidos no processo educativo possam alcançar seu pleno potencial e contribuir positivamente para a sociedade justa.

Por isso, exercer gestão democrática para a excelência de resultados educacionais é de extrema importância. Além disso, líderes educacionais eficazes também são capazes de motivar e inspirar a equipe, criando um ambiente positivo e estimulante. Eles incentivam a inovação e o pensamento criativo.

Os profissionais que assumem cargos cujas funções principais tenham como competência principal a liderança, devem, necessariamente, dedicar-se ao estudo, à observação e à reflexão sobre essa liderança, de modo que possam exercê-la de forma competente (LUCK, 2008, p.31).

Neste sentido, o gestor escolar precisa estar próximo de sua equipe pedagógica, compreender seu contexto, conhecer as potencialidades e dificuldades para, desta forma, traçar estratégias de gestão. Blane (2008), consultor internacional de empresas, como a Sony Pictures, defende que um verdadeiro líder valoriza aquilo que cada membro da sua equipe faz para que se sinta bem e melhor.

As pessoas que se sentem valorizadas, ouvidas e apreciadas realizam seus trabalhos com mais paixão e vontade, arriscam-se mais e crescem taxas muito maiores do que aquelas pessoas que, por outro lado, não se sentem assim ou não são tratadas igualmente (BLANE, 2028, p. 142).

Outro fator que compete à gestão escolar incide na competência de liderança para construir um ambiente propício e incentivar nas práticas de sala de aula e aprendizagem escolar. O gestor tem o papel fundamental de lidar com as competências, os valores, as crenças de todos os envolvidos nas ações da escola, com o intuito de convergir os esforços para atingir os objetivos que devem ser comuns, a educação, uma escola verdadeiramente de qualidade.

Para finalizar um pequeno poema de Rubem Alves “Gaiolas e asas”

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.
(RUBEM ALVES, 2001)

Diante da poesia inspiradora de Rubem Alves, emerge a reflexão sobre a essência da educação contemporânea. Em consonância com a metáfora das "asas", uma escola contemporânea aspira ser um espaço que fomente não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento integral dos indivíduos, tanto alunos quanto professores e demais membros da equipe escolar.

Neste contexto, o líder educacional assume um papel central como catalisador do processo de transformação. A gestão escolar eficaz é aquela que nutre a autonomia, a criatividade e a capacidade de voar de cada membro da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da escola ao longo dos séculos revela sua adaptação aos diversos cenários sociais, políticos e econômicos. Desde sua origem predominantemente religiosa na Idade Média até sua função de democratização do conhecimento no Renascimento, a escola passou por várias transformações.

Atualmente, a escola pública brasileira enfrenta desafios significativos devido a influências políticas e econômicas, que desviam seu propósito de formar cidadãos críticos e participativos. Apesar do reconhecimento do direito à educação, persistem desigualdades sociais e dificuldades de acesso ao ensino de qualidade. É essencial reconhecer que o acesso à educação é um direito de todos e um instrumento para a transformação social. Práticas

pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia dos alunos são fundamentais para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

A promoção de uma educação democrática e de qualidade para garantir a qualidade educacional, requer não apenas um currículo inclusivo e uma valorização dos profissionais da educação, mas também uma liderança eficaz por parte do gestor escolar. Ao criar um ambiente onde todos se sintam valorizados, ouvidos e respeitados, tanto alunos quanto equipe pedagógica podem contribuir para um ambiente de aprendizado positivo e estimulante, preparando assim os estudantes para uma participação ativa na sociedade.

Portanto, é urgente repensar o papel da educação e de gestão educacional voltada para uma escola democrática, buscando alternativas que atendam às verdadeiras necessidades educacionais. Somente assim poderemos construir um sistema educacional que prepare os cidadãos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. 'Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. **O que elas amam são os pássaros em vôo.** - Revista Prosa Verso e Arte- acesso em segunda-feira, abril 29, 2024. Disponível em: <<https://www.revistaprosaversoarte.com/escolas-que-sao-asas-nao-amam-passaros-engaiolados-o-que-elas-amam-sao-os-passaros-em-voo-rubem-alves>>. Acesso em 28 jan. 2024.

BLANE, Hugh. **7 Princípios do Líder Revolucionário.** Tradução de Luís Potássio. - São Paulo: Universo dos Livros, 2018.

CORREIA, Regina Almeida Soares. **Os desafios da Gestão Escolar.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 07, pp. 31- 39. Julho de 2019.

DIAS, Érika, **A Educação e a escola.** Para que servem as escolas?, 2023, p. 621 - 628- Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003101201>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GENTILLI, Pablo, **O DIREITO À EDUCAÇÃO E AS DINÂMICAS DE EXCLUSÃO NA AMÉRICA LATINA,** 2009, Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GOMES, Mário Henrique. SANTOS, Henrique Filipe. **Liderar a Educação Escolar Desenvolvimento de conhecimento e competências de lideranças escolares.** Editora Científica Digital, p. 20/ 1ª Edição, 2023.

HONORATO, Hercules Guimarães. **A gestão escolar e a liderança do diretor: Desafios e oportunidades.** Revista de Administração Educacional, CE - UFPE Recife-PE, V. 9 N. 2 p. 21-37, jul/dez. 2018



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: **desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan. / mar. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3572/pdf.4>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. **Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 816-840, ago.2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13783>

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão escolar volume IV**. Curitiba: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. ISBN - 978-85-385-0027 p. 9,22

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional Uma questão paradigmática Volume I**. Curitiba: Vozes, 2017.

MEDEIROS, Gilvan. **A Valorização do professor do ensino médio em Santa Catarina e Minas Gerais: limites e possibilidades**. 2014. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

SILVA, Eliana Luísa Chiaradia Da; TERRA, Mara Teresinha Rodrigues. **Gestão Escolar: O Papel da Gestão Escolar Frente às Metodologias Inovadoras dos Alfabetizadores**, 2021. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4967/1/SILVA.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CONEXÕES ENTRE MEMÓRIAS COLETIVAS X IMPERATIVOS ESTRUTURAIS, NA FINALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Elizandra Nazario Silva Savio**

RESUMO

Buscamos aqui refletir a respeito das influências dos lugares físicos, na elaboração de nossos referentes de memórias, bem como na construção de nossas familiaridades, em relação aos ambientes futuros, que iremos escolher como ambientes de trabalho. Acreditamos que o indivíduo enquanto ser sócio-histórico constrói seus afetos a partir das influências do meio que o envolve. Este meio é formado por grupos sociais com os quais convive, mas também por influências de poder de grupos sociais elitizados, os quais programam as escolas e as personalidades que nela se inserem. Nossa hipótese é que as estruturas físicas como arquitetura e mobília, como *Imperativos Estruturais*, na construção de memórias afetivas do sujeito-aluno, os quais vão encontrar em fábricas, por meio das memórias coletivas, elementos familiares aos da escola, como o sinal e a ordem de filas indianas. Nosso objetivo geral, portanto, é comparar elementos estruturais entre escolas e fábricas, para refletir sobre a finalidade das escolas básicas públicas. Nossos objetivos específicos são: a) refletir sobre as memórias coletivas que os lugares imprimem em nós; b) averiguar as semelhanças entre escolas básicas públicas e fábricas sobre as observâncias das estruturas físicas. Nossa pesquisa é bibliográfica e nossa abordagem qualitativa com método hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: Educação, Memória, Memórias Coletiva e Escola.

INTRODUÇÃO

O presente escrito almeja confrontar as finalidades das escolas prescritas, pelas Políticas Públicas com a vislumbrada por trabalhadores da área de Educação. Sabemos que o poder capitalista internacional desenvolveu o estratagema de articular currículos escolares sobre a socapa de “formar bons cidadãos”. Instituições como “[...] o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Inicialmente o Banco Mundial se dedicava a conceder empréstimos com juros baixos para a reconstrução de países devastados pela guerra.” (Libâneo, 2016, p. 6)

Percebemos que, nos documentos formulados pelos poderes econômicos mundiais há uma necessidade de se alinhar a formação escolar e acadêmica às necessidades do mercado capital. Em consonância a tais ideais, formar um cidadão seria formar mão de obra qualificada.

** Professora da Educação Básica. Estudante do curso de doutorado em Ciências da Linguagem - Unisul; Mestre em Ciências da Linguagem – Unisul; Graduada em Letras (Português/Inglês) UNESC; Estudante do curso de Pedagogia- UNISUL; formada em Magistério – CENEC. e-mail: nazariosilvasavioelizandra@gmail.com

Para tanto, currículos e materiais escolares que deixam de lado o conhecimento científico e erudito foram elaborados como ferramentas utilitárias, para a lapidação de um sujeito atrelado ao trabalho de subsistência, logo formar um bom cidadão, passou a ser, formar “um cabisbaixa” aos ditames do poder econômico.

Escolas públicas ficaram com a função de amenizar os dissabores da pobreza, em contrapartida as escolas particulares preservavam o construto científico, aumentando ainda mais as diferenças entre classes sociais.

Há a existência hoje de uma escola a duas velocidades: escola como centro de acolhimento social para os pobres, com forte retórica na cidadania, escola do conhecimento e da aprendizagem para os ricos. Também de grande relevância para o tema é o documento final. (Nóvoa apud Libâneo 2016, p. 17)

Enquanto investigadores da “arte” de educar, é inexorável que queiramos nos posicionar no contraponto político, assumindo assim uma postura de resistência e de luta, para salvaguardar o direito de educação de qualidade dos menos abastados. Pois como Freire (2011) afirmava educar é um ato político. Os estudantes de escola pública saem em desvantagens, em relação aos estudantes do ensino privado, assim como latino-americanos somos encarcerados em uma educação mutilada, em relação aos estadunidenses.

Percebemos, enquanto professores de línguas, a manipulação do signo linguístico que envolve os argumentos em torno da “finalidade da escola”, bem como os atravessamentos ideológicos que compõem os possíveis significantes de “bom cidadão”. Imbricados às formas de poder, subjacentes ao mito da elite de “caridade aos menos favorecidos”, vemos explícitos os elementos constituintes para o elaborar, nas memórias coletivas dos sujeitos, a familiaridade aos temas requisitados pela conjuntura de poder econômico. Devemos ressaltar, enquanto professores, que a formação escolar dos indivíduos é compor, em parceria com a comunidade escolar, diversas competências e habilidades que estruturam o ser sociocultural, logo enquanto seres coletivos precisamos todos de conhecimentos eruditos, para contribuirmos com o desenvolvimento social e político, pois mutilar o ser coloca “[...] em jogo são as aptidões da espécie, particularmente as que fazem do homem um ser essencialmente social.” (Wallon, 2008, p. 117).

Como seres sociais de linguagens que somos, encontramos-nos sempre afetados pela inserção cultural e, nela formulamos nossas memórias afetivas, pois “[...] um homem que pensa é sempre um homem afetado, alguém que reúne o fio de sua memória impregnada de certo olhar, sobre o mundo e sobre os outros.” (Le Breton, 2009, p. 50).

Somos todos parte de um único corpo social e percebemos, enquanto educadores, que as influências de referentes relacionados às memórias afetivas operam no processo de aprendizagem de forma pulsante. Entendemos aqui, que o afetivo se configura “[...] nas relações do indivíduo com o meio. [...] suas lembranças se constituem na relação com o meio em que vive ou viveu. (Halbawachs, 2006, p. 41).

São nas lembranças, nas recordações e no fluxo de imersão em universos que nos parecem íntimos, que garimpamos afetos, cujos laços se enredam àquilo que nossa mente julga necessário aprender. Assim sendo, nossas perguntas para esta pesquisa são:

- a) Qual a finalidade das estruturas escolares públicas, na valorização das memórias afetivas dos estudantes?
- b) Como as estruturas do ambiente escolar (aqui chamadas pela metáfora *Imperativo Estrutural*) podem contribuir, para uma finalidade escolar, que impulse o bem-estar afetivo dos estudantes, bem como influencie a construção de um ser emancipado politicamente?

Nossa hipótese é que as estruturas físicas como arquitetura e mobília corroboram, como *Imperativos Estruturais*, na construção de memórias afetivas do sujeito-aluno, os quais vão encontrar em fábricas, por meio das memórias coletivas, elementos familiares aos da escola, como o sinal e a ordem de filas indianas. Nosso objetivo geral, portanto, é comparar elementos estruturais entre escolas e fábricas, para refletir sobre a finalidade das escolas básicas públicas. Nossos objetivos específicos são: a) refletir sobre as memórias afetivas que os lugares imprimem em nós; b) averiguar as semelhanças entre escolas básicas públicas e fábricas sobre as observâncias das estruturas físicas. Nossa pesquisa é bibliográfica e nossa abordagem qualitativa e método hipotético-dedutivo.

Entendemos que tais questões encontram-se emaranhadas aos esfacelamentos de passados que nos povoam, pois percebemos que, em nossos saberes diversos, estão presentes marcas ideológicas de construtos socioculturais que nos emolduram, caracterizando talvez uma memória ideológica, ou ideologias-memória, as quais “[...] asseguram a passagem regular do

passado para o futuro, ou indicando que se deveria reter do passado para preparar o futuro”
(Nora, 1984, p. 18)

A FINALIDADE DA ESCOLA, POR MEIO DAS ESTRUTURAS ESCOLARES X MEMÓRIAS COLETIVAS

Propomos aqui uma reflexão a respeito das influências das estruturas físicas escolares (*Imperativos Estruturais*), na modulação das memórias afetivas dos estudantes, em especial nas escolas básicas públicas, por meio das observâncias dos signos linguísticos que estão articulados, na elaboração do “fabrico” do sujeito social reproduzido em série, o qual está em construção de conhecimento, pois “grande é a força da memória que reside no interior dos locais.” (Cícero apud Assman, 2011, p. 318).

Percebemos que as escolas, em grande maioria utilizam-se de espaços fechados, com muros altos e salas de aula com pouca disponibilidade de material didático-pedagógico. As salas e os corredores, normalmente são estruturados com paredes que remetem a um vão, em tons pastéis com pinturas claras. A disposição das carteiras em sala, normalmente estão organizadas em fileiras indianas, muitas vezes com mapas de classe, para dificultar as trocas entre estudantes e os forçar a prestar atenção apenas no professor, que ocupa sempre posição centralizada.

Observemos a seguir as imagens de uma sala de aula de escola particular e uma imagem de sala de aula de uma escola pública, retirados do banco de dados do google.

Figura 1: Fileiras em sala de aula nunca mais.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/HZehkih70HfBDona6>

Figura 2: Retorno às aulas presenciais



Fonte: <https://imagens.app.goo.gl/6xfgxDpDNX62MIT9>

Vejamos a imagem de uma sala de produção industrial, retirada do banco de dados do google.

Figura 3: Sala de produção com trabalhadores da indústria têxtil.



Fonte: 16953956https://images.app.goo.gl/YN1aaR3L88DvBsw9

Observamos um *Imperativo Estrutural* imposto pelo poder de Estado ao ambiente de ensino chamado escola, o qual remete a estrutura física de fábricas e configura o ambiente de estudo de nossos jovens a uma “[...] educação escolar restrita a objetivos de solução de problemas sociais e econômicos, bem como a critérios do mercado [...]” (Libâneo, 2016, p. 11).

Os sinais das escolas, normalmente são iguais aos sinais de fábricas, o que desenvolverá um referente de memória acústica, assim como o tempo de curta duração (45 minutos), quando o professor deve corrigir atividades, explicar novos conceitos e lançar tarefas para casa. O tempo de construção ínfimo do conhecimento fica assemelhado a um sistema de reprodução em série, similar ao “Tempo Matemático” (Halbwachs, 2006) do meio social econômico de trabalho de reprodução, tal qual fábricas.

Familiarizando o indivíduo desde sua infância a *Imperativos Estruturais*, fica o sujeito-estudante condicionado a buscar elementos, que já lhe são próprios de seu constituinte social, já que “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto.” (Nora 1994, p. 09) Por conseguinte, as memórias afetivas, construídas nos estudantes encontrarão ancoragem imediata no ambiente de trabalho de reprodução, formatando, assim um cidadão fabricado pelo capital, em uma mão de obra adequada ao mercado de trabalho exploratório e barato. O *Imperativo Estrutural*, que nos envolve, nos espaços físicos, abraçam-se aos nossos corpos e murmuram em nós discursos de uma sociedade atrelada aos espetáculos do capital econômico mundial.

A materialidade física enredada, em nossas memórias afetivas formam discursos não-verbais e nos tornam quase mecanizados. Os *Imperativos Estruturais* nos parecem a metáfora de uma “[...] sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. São imóveis somente na aparência [...]” (Halbwachs, 2006, p. 155).

Configurado aos *Imperativos Estruturais*, temos um currículo escolar que engessa os saberes de professores e de estudantes, subordinando todos às necessidades de manutenção da

sociedade do espetáculo de consumo, outrossim “[...] o espetáculo funda as suas raízes numa economia da abundância e, dela procedem os frutos que tendem a dominar finalmente o mercado do espetáculo.” (Debord, 1997, p. 8) Imersos ao “Imaginário Social” (Maffesoli, 2005) de trabalho X lucro, alguns professores propagam, em discursos quase proféticos aos seus estudantes, o dever de cumprir metas de currículos ditados pelo capital, a fim de “ser alguém na vida”. (Libâneo, 2016) postula que:

As considerações anteriores trazem a crítica ao currículo instrumental ou de resultados, por restringir-se a um kit de habilidades de sobrevivência social para empregabilidade precária, desprovido de conteúdos culturais e científicos significativos e da formação do pensamento. Subordinando-se às políticas de redução da pobreza, a diferença social e econômica que caracteriza a pobreza transforma-se em discriminação social, pois aos pobres é oferecido um currículo empobrecido. (Libâneo, 2016., p. 20)

Sugerimos uma estrutura escolar, bem como a adaptação do currículo científico às necessidades dos estudantes, para que a finalidade da escola seja de contribuição para o fomento de memórias coletivas, as quais venham favorecer a emancipação do sujeito-estudante. Que nas memórias coletivas do cidadão, que passou por uma escola de estrutura libertadora, o indivíduo possa encontrar referentes que o impulsionem para uma vida mais justa e democrática e, assim o ambiente escolar favoreça uma formação humanística, que aceite o estudante em sua composição social e sua integralidade. Configurando os saberes socioculturais aos conhecimentos eruditos e científicos, já que “[...] a integralidade é compreendida como uma formação que articula aspectos cognitivos, político-sociais, ético-culturais e afetivos.” (Brasil, 2009, p. 19, apud Libâneo 2016, p. 13).

Nas seguintes imagens, retiradas do banco de dados do google, temos a postura de resistência de professores, que ressignificam o *Imperativo Estrutural* do ambiente em escolas públicas.

Figura 4: Projeto sala-laboratório



Fonte: <https://images.app.goo.gl/k459nEXCKLucjJE47>

Figura 5: Educadora transforma corredores em lugar de acolhimento



Fonte: <https://images.app.goo.gl/jb6tdind1uJU2XmB8>

Sugerirmos corredores coloridos, com murais que contenham, de épocas em épocas, “Os Quadros Sociais das Memórias” dos indivíduos (Halbwachs, 2023, p. 25) e a historicidade dos sujeitos coletivos tais como: comunidades étnicas, religiosas, comidas típicas, brincadeiras de infância, folclore dentre outros, pois é sabido que os eventos escolares contribuem para a valorização de referentes de memória coletivas, os quais valorizam o construto social dos estudantes. Tornar hábitos coletivos motivos de festividades escolares fortalece a historicidades de grupos socioculturais dos estudantes, pois “[...] na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.” (Pollak, 1992, p. 20).

A postura de resistência dos professores é o pilar que pode atribuir aos estudantes hiências por afetos, fora de seu ambiente constituinte. Sendo a educação escolar um portal aberto para mundos nunca dantes vistos, passa o sujeito-estudante a ter curiosidade por outras formas de vida. Se a materialidade cristalizada dos discursos que envolvem os indivíduos em seus meios físicos não passarem pelo olhar “Sociocrítico” (Libâneo, 2016) do professor e os estudantes se familiarizarem aos *Imperativos Estruturais* do ambiente, ambos correm o risco de seguirem com cabeça curvada, para a manutenção do sistema, já que “[...] a magia do local está associada a algo suspeito; o ser humano arcaico, [...], não é um ser que se autodetermina, mas que deixa poderes alheios influenciarem seu destino.” (Assman, 2011, p. 322).

Wallon (2007) postulou que é contra a natureza tratar o sujeito de forma fragmentária. Em cada idade, se constitui um conjunto indissociável e original. Na sucessão de nossas idades, somos um único e mesmo ser em curso de metamorfoses. Somos feitos de contrastes e de conflitos. Por sermos tão amplos e multifacetados é que os ambientes que nos acomodam também devem ser traduções de nossos “EUS” formulados em emaranhados sociais e culturais, pois assim “[...] a nossa unidade será por isso ainda mais susceptível de desenvolvimento e de novidade. (Wallon, 2007, p. 198).

Professores e equipe gestora que ousam provocar seus estudantes com um mundo mais democráticos, apresentando um currículo escolar que valorize as memórias afetivas, culturais e políticas de seus discentes, abrem neles caixas de pandoras, cujas passagens infinitas levaram os futuros cidadãos a ambientes nos quais a equidade será mais presente, posto que será aguçada por meio da imaginação e do sonho uma sociedade mais fraterna e menos exploratória. Vygotsky (1987) escreveu:



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Ao ser capaz de imaginar o que não viu, ao poder conceber o que não experimentou pessoal e diretamente, baseando-se em relatos e descrições alheias, o homem não está encerrado no estreito círculo da sua própria experiência, mas pode ir muito além de seus limites apropriando-se, com base na imaginação, das experiências históricas e sociais alheias. (Vygotsky, 1987, p. 21)

As Estruturas Escolares devem, portanto se despirem de *Imperativos Estruturais* homogêneos e admitirem a heterogeneidade de ambientes e de “Ambiências” (Maffesoli, 2005), tendo como discursos verbais currículos que contemplem os entrelaçamentos eruditos e populares, sem sobrepor uma cultura a outra e sim cosendo-as numa colcha de retalhos de saberes sem fim.

CONSIDERAÇÕES

Entendemos que as estruturas físicas que nos enredam, apesar de serem aparentemente silenciosas, são representantes de uma sociedade que anseia pelo domínio da produção dos sujeitos que as habitam, pois cada sociedade estrutura seus ambientes, em consonância às necessidades materiais e, como desdobramentos temos o elaborar de nossas memórias afetivas e de nosso personalismo. É comum ouvirmos relatos de pessoas que se sentem transportarem de um universo a outro, por meio das estruturas físicas.

Buscamos aqui refletir sobre os interesses do Estado em organizar ambientes estudantis similares a fábricas. Percebemos que há uma transferência de familiaridade da escola, para a fábrica atravessada por memórias afetivas, pois “[...] o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais.” (Nora, 1984, p. 15) Por conseguinte os locais de memórias tornam-se meios de memórias afetivas.

Ancorados, talvez, na necessidade humana de buscar a segurança, por meio daquilo que já se conhece, buscamos de forma sonâmbula as estruturas, que já nos compõem, como um molusco busca a abrigo da concha, a fim de se proteger de possíveis predadores. Repetimos, assim o padrão da concha que nos foi apresentada com segura., já que as formas fixas do ambiente remetem-nos a coisas estáveis. (Halbwachs, 2006) postula que “[...] é verdade que a impressão de imobilidade predomina por períodos bastante longos e ao mesmo tempo se explica pela natureza inerte das coisas físicas e pela relativa estabilidade dos grupos sociais.” (Halbwachs, 2006, p. 156).

Enquanto professores, devemos nos perguntar se a concha nos protege ou nos aprisiona, uma vez que dependentes inexoráveis dela tornamo-nos invertebrados afetivos. Há de pairar sempre as interrogações: A quem interessa manter-nos nas conchas? Qual a finalidade da escola

que defende a concha? Será que a concha é nossa ou nos foi dada, para atrofiar nossos músculos?

É sabido que todos os referentes e as narratividades que compõem nossas memórias afetivas são basilares ao nosso personalismo. Logo, mudanças de meio social e apresentação de conceitos científicos são aceitos se encontrarem consonância àquilo que carregamos dobrados aos nossos afetos e às nossas memórias. Luria (1968) refletia a respeito:

Que efeito uma espantosa capacidade de memória tem em outros aspectos da personalidade, nos hábitos de pensamento e imaginação de um indivíduo, em seu comportamento e desenvolvimento da personalidade? Que mudanças ocorrem no mundo interno da pessoa, nas suas relações com os outros, no seu estilo de vida, quando um elemento do seu psiquismo – sua memória – desenvolve a um ponto tão incomum que começa a alterar cada um dos outros aspectos de sua atividade? (Luria, 1968, p. 13)

Libâneo e Silva (2020) afirmam que a finalidade da escola libertadora deve corroborar com a emancipação do sujeito, valorizando sua integralidade enquanto ser sociocultural e aprimorando as habilidades sócio-críticas, para tanto currículo e atravessamentos do meio social devem compor eixos de discussões, no cotidiano escolar, respondendo assim a questão: “B”, proposta na introdução.

A orientação sociológica/intercultural, de cunho socio-crítico, defende um currículo de experiências educativas, isto é, a formação por meio de experiências socioculturais vividas em situações educativas (por exemplo, práticas de compartilhamento de diferentes valores e de solidariedade com base em experiências cotidianas e na aceitação da diversidade social e cultural) (Libâneo e Silva, 2020, p.13)

Observamos, nos registros analisados, que para além dos currículos engessados, também nos amarram em estruturas físicas, aqui chamadas de *Imperativos Estruturais*, pois como ordens não-verbais atuam em nossos afetos e constituem nossas memórias afetivas. Acreditamos termos respondido à questão “A” com tal investida.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo e outros textos**. Editora Livro da Revolta. 1997, SP.
- FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p 114.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

HALBAWACHS, M. **Os Quadros Sociais da Memória**. Curitiba, antoniofontoura, 2023.

HUYSSSEN, A. A. **Políticas da Memória no Nosso Tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2000.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. **Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 816-840, ago. 2020. e-ISSN:1519-9029.

LURIA, A.R. **The mind of a mnemonist**. UK: Basic Books, 1968.

MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos Lugares**, Departamento de História da PUC-SP, 1984, pp. XVIII- XLII. Tradução autorizada pelo Editor.© Editions Gallimard 1984.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

VYGOTSKY, LS. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<https://images.app.goo.gl/HZehkih70HfBDona6>

<https://imagens.app.goo.gl/6xfgxDpDNX62MIT9>

<https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13783>

<https://images.app.goo.gl/k459nEXCKLucjJE47>

<https://images.app.goo.gl/jb6tdind1uJU2XmB8>



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A FINALIDADE DA ESCOLA FRENTE AO TRABALHO DOCENTE

Cristiana Hoffmann Selau Cândido - UNISUL

Daisi da Silva Santos - UNISUL

RESUMO

Este trabalho tem como propósito realizar uma análise sobre o espaço institucional escolar e o papel dos docentes dentro desse contexto, proporcionando reflexões sobre o mesmo, ao qual estamos vivenciando um processo de desconfiguração do ensino-aprendizagem com o impacto das políticas públicas na desintelectualização dos docentes. Trata-se de uma revisão bibliográfica embasada nas publicações de Libâneo. À luz do método do materialismo crítico-dialético, realizamos a leitura de textos reflexivos e contextualizados, provocando-nos a repensarmos o que é a instituição escola, quem são os docentes que estão imersos nesse cenário de precarização das práticas docentes e como as políticas públicas tem contribuído com a desintelectualização do docente. Nosso objetivo geral é termos a compreensão clara de que para serve a escola. Nossos objetivos específicos são: a) identificar o que é a instituição escola e quais suas finalidades; b) evidenciar suas características para uma educação emancipatória, de equidade e qualidade conectada as políticas públicas.

Palavras-chave: Instituição escola, processo ensino-aprendizagem, docente.

INTRODUÇÃO

Atualmente percebo que nossas escolas têm se tornado um espaço institucional ao qual docente reproduz aos seus discentes conteúdos preestabelecidos pelo currículo vigente. O docente tem por origem exercer sua intelectualidade e sua ética, a serviço da formação de pessoas para atuar na sociedade, porém, acaba exercendo um papel conservador e passivo.

Nossas escolas estão vivenciando, dia após dia, com a desconfiguração do processo ensino-aprendizagem, com a desintelectualização em que os docentes estão sendo meros repassadores de conhecimentos, planos de ensino que se apresentam prontos, para apenas serem colocados em prática, que não se fazem refletir, repensar, discutir, até porque os processos burocráticos que são exigidos pelos sistemas de ensino, não permitem que sejamos mais críticos e reflexivos pela falta de oportunidade, de tempo, para assim o fazer. O sistema diz que possuímos autonomia, mas ao mesmo tempo não nos oportuniza a mesma.

Mas de fato, qual é a finalidade da escola? Nossa escola precisa ser uma instituição que visa a formação do discente como um todo, sua integridade, que desenvolva aprendizado e conhecimento sobre os diferentes conteúdos curriculares, como também para a vida como cidadão. Que seja respeitado em todas as suas perspectivas, seja ela biológica, comportamental, cognitiva, humanística, psicodinâmica, ou seja, trabalhando os conflitos internos e

inconscientes, possibilitando que aprendamos a lidar com situações de nosso cotidiano, para nossas vidas.

A instituição escolar é um espaço social como diz Saviani (2013), a qual propicie a formação integral da personalidade dos indivíduos enquanto sujeitos da história. Tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, troca de conhecimento e aprendizado constante e ininterrupto, onde ninguém é mais que ninguém, andamos lado a lado, discente e docente em um mesmo propósito, o desenvolvimento humano das suas diferentes dimensões. Vivemos em uma dicotomia ao entendermos para que serve a escola e as políticas públicas não são claras quando as fazem.

Precisamos de uma instituição escolar que aprenda lidar com os medos, anseios, inseguranças, uma sociedade adoecida pela busca do ter, com milhões de pessoas deprimidas, ansiosas/ociosas, que estão sempre em busca de ser mais do que o outro, que não respeita suas próprias limitações emocionais. Precisamos ter uma escola que respeite de fato os processos psíquicos dos docentes e discentes e para isso precisamos de políticas públicas educacionais eficazes, que escute os envolvidos no processo inicial, o PROFESSOR.

Desejamos por uma educação emancipatória, que respeite e valorize o conhecimento científico, mas também o sócio-cultural, na busca por conquistar a liberdade, independência, autonomia, considerando os saberes, valores, símbolos, tradições, comportamentos, os costumes, as práticas, essas transferidas de gerações em gerações, tendo como base a teoria científica.

O objetivo desse trabalho é podermos refletirmos sobre o que é a instituição escola, sobre verdadeiro papel de docente em nossas práxis educativas, que não é meramente formar para o mercado de trabalho, que esse também é importante, mas formar o sujeito em toda sua integridade, humana e de cidadão. Que possamos exercer nosso trabalho com o mínimo de dignidade e respeito, pois somos sim os intelectuais transformadores, que possamos ter autonomia em nossas práxis, que possamos ter jornadas de trabalho coerentes para a qualidade do ensino, que possamos ser valorizados pelo o que representamos para a educação, que as políticas públicas possam auxiliar e não nos crucificar, onde o docente ele faz parte do processo ensino-aprendizagem, mas não é o todo.

O texto de Libâneo, faz colocações que são preocupações que pretendo discutir dentro do trabalho, sobre algumas políticas públicas educacionais do Brasil, que deveriam estar



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

presente para diminuir as desigualdades educativas em nossa sociedade, no entanto, não conseguimos identificar sua efetiva aplicação no fazer docente.

Refletirmos sobre a compreensão e o impacto das políticas públicas educacionais na intelectualização ou desintelectualização da docência, na valorização ou desvalorização do docente e na promoção de uma educação de equidade e qualidade para os discentes, se faz essencial analisar diversos aspectos para assim termos mais clareza para que serve a escola e qual o papel do docente nesse espaço.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de Libâneo, que busca realizarmos uma análise profunda e reflexiva sobre o espaço institucional escolar, o papel dos docentes dentro dessa instituição, fazendo uma análise da finalidade da escola pública brasileira contemporânea que presa pela escola socialmente justa e pela diversidade sociocultural para o desenvolvimento humano. Para isso contamos com artigos disponíveis em sites na web.

FINALIDADE DA ESCOLA

A escola, que uma vez era vista como espaço de aprendizagem, ao longo do tempo vem se caracterizando como espaço de acolhimento, de proteção, ao qual a sociedade vem se perdendo ao longo dos anos, pois se tornou a cada dia mais capitalista, influenciada pelos organismos internacionais que tem transformado em uma educação tecnicista na formulação dos currículos escolares, adequando a escola as necessidades econômicas e políticas governamentais, tudo para preparar para uma mão de obra qualificada, de custo baixo para os grandes empresários. Não quer dizer, que a escola não deva ser este momento de acolhimento, mas não se resume a isso, diversos setores da sociedade precisam participar desse processo educativo.

É interessante observar como a história da educação pode nos fornecer insights sobre diferentes modelos de currículo e abordagens pedagógicas ao longo do tempo. Em décadas passadas, encontramos currículos mais enxutos, porém intensivos em conteúdos considerados essenciais para a vida dos discentes. Esses currículos enfatizavam a transmissão de conhecimentos fundamentais, como leitura, escrita, matemática básica, ciências naturais e história local. Os discentes eram expostos a esses conteúdos que embora o tempo dedicado à

escolarização fosse muito menor em comparação com os padrões atuais, havia uma ênfase na assimilação profunda e significativa desses conhecimentos. Com o passar dos tempos, às mudanças sociais, tecnológicas e econômicas que ocorreram, bem como às demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada e diversificada foi necessário a alteração e incorporação de uma variedade de disciplinas e habilidades além das básicas, precisando dar ênfase em novas habilidades e competências, as quais são consideradas essenciais para o sucesso dos discentes em um mundo em constante transformação.

Lenoir et al. (2016), aponta alguns dilemas na definição das funções da escola: instrução ou socialização, de abertura ou de controle, de educação geral ou qualificação profissional, de escolarização ou atendimento à diversidade sociocultural, de formação de valores conservadores individualistas ou valores coletivos de justiça, de solidariedade ou autonomia.

Buscamos por uma escola justa, que leva em consideração toda a diversidade sociocultural, que garanta a todos os educandos uma base comum de conhecimento e competências indispensáveis para sua vida humana, de cidadão e de profissional.

Percebesse a debilidade que vem ocorrendo das políticas públicas para as diretrizes educacionais das escolas, a qual não apresenta uma abordagem pedagógica para a diversidade que visa o ensino voltado para o desenvolvimento humano. A educação vem sofrendo nas mãos de quem possui mais poder. Por meio desta querem induzir o comportamento, pensamento da classe operante e majoritária, o trabalho.

A definição de objetivos e funções da escola incide diretamente no projeto pedagógico, no currículo, nas formas de organização e gestão, na formação continuada de professores, nos modos de assistência pedagógica aos professores, na dinâmica da sala de aula, nas formas de avaliação do sistema, na avaliação escolar, etc. (Libâneo, 2016)

Em uma tendência global observasse nas últimas décadas que a educação tem sido cada vez mais influenciada pela lógica do mercado e da globalização econômica, a qual a privatização e a mercadorização da educação têm sido preocupações em muitos países, especialmente em economias emergentes. A transformação da educação em um negócio lucrativo pode resultar em uma série de consequências negativas, como a exclusão de grupos socioeconômicos mais vulneráveis, a redução da qualidade educacional devido à busca pelo lucro e a perda de autonomia das instituições educacionais em relação às demandas do mercado. Além disso, a dependência excessiva da lógica do consumo e da comercialização na educação pode comprometer a formação integral dos discentes, reduzindo a educação a uma mera

preparação para o mercado de trabalho, em vez de promover o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e reflexivas. No entanto, é importante ressaltar que a privatização não é o único modelo possível para a melhoria da educação. Existem alternativas, como investimentos públicos robustos, políticas de equidade e inclusão, valorização da carreira docente e promoção de uma gestão democrática das escolas, que podem contribuir para a construção de sistemas educacionais mais justos, igualitários e de qualidade.

É essencial que haja um debate público amplo e participativo sobre os rumos da educação, levando em consideração não apenas os interesses econômicos, mas também os valores democráticos, sociais e culturais. Somente através de uma abordagem holística e colaborativa será possível enfrentar os desafios colocados pela globalização econômica sem comprometer a qualidade e a equidade da educação. Charlot (2005) já dizia: “construir com os alunos a relação com o saber que dá sentido ao saber [...] mas isso deve ser construído no próprio ato do ensino” (2005, p. 119).

Os organismos internacionais, UNESCO, BID, PNUD, OCDE, muitas vezes têm agendas específicas que podem refletir interesses de diferentes setores da sociedade. No contexto educacional, enquanto reconhecem a importância dos docentes como agentes fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e valores nos discentes, é necessário questionar para quem esses conhecimentos e habilidades estão sendo direcionados. Os conhecimentos e habilidades desenvolvidos pelos docentes podem ser voltados para o benefício do cidadão, preparando-os para uma participação ativa na sociedade, promovendo seu desenvolvimento pessoal e profissional e capacitando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Por outro lado, é possível argumentar que as políticas educacionais e os currículos estão muitas vezes alinhados com as necessidades do sistema capitalista, preparando os discentes para se integrarem no mercado de trabalho e para contribuírem para o crescimento econômico. Isso pode resultar em uma educação que enfatiza habilidades técnicas em detrimento do desenvolvimento crítico, criativo e reflexivo, limitando as perspectivas dos discentes e perpetuando desigualdades sociais. É importante reconhecer que existe uma tensão entre esses dois enfoques, e que a educação pode servir tanto para promover o bem-estar dos indivíduos quanto para atender às demandas do sistema econômico. No entanto, é fundamental que as políticas educacionais busquem um equilíbrio entre esses objetivos, garantindo que os discentes desenvolvam não apenas habilidades técnicas, mas também habilidades sócio emocionais, socioculturais, éticas e críticas que lhes permitam se tornar cidadãos plenos e participativos em uma sociedade democrática. Queremos um currículo de experiências



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

socioculturais, formação cultural e científica, articulado pedagogicamente a um currículo diversificado, em um ambiente acolhedor as singularidades dos discentes assim como seja respeitada sua diversidade. Para que ocorra a apropriação de conhecimento teórico-conceitual e de desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral.

Para finalizar não podemos deixar de lembrar o que Saviani escreve, dizendo que, a educação e a política são fenômenos inseparáveis, porém, efetivamente distintos entre si (SAVIANI, 2007).

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Para que tenhamos a escola que queremos, precisamos contar com a articulação real da democratização do ensino, do engajamento político-social, assegurando a democratização, universalização, qualidade social, inclusão, igualdade, equidade e respeito as diversidades.

Vejam bem, quantas palavras de cunho importante. Estas, foram colocadas pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), na edição 2024, em construção do Plano Nacional de Educação para a próxima década (2024-2034), tendo como tema o “Plano Nacional de Educação - política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”. Podemos dizer então, que sabemos dos nossos maiores problemas, mas como poderemos realizar sem ter tanta autonomia no fazer docente, dentro de nossas escolas com políticas públicas que nós valorizam?

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), traz muito claro em suas metas o que precisa ser feito para que a educação brasileira avance, tanto em relação a qualidade, que é o que trataremos no momento, enquanto a acesso e permanencia na escola, previstas na Constituição Federal de 1.988 e na LDB 9.394/96. Mas o que de fato foi feito nesses dez anos do plano foi o suficiente para que tenhamos uma educação de qualidade? Todos os governos/desgovernos, sabem que os docentes tem um papel fundamental na educação, que somos os intelectuais transformadores, mas para que sejamos esses profissionais precisamos possuir uma carreira bem estruturada, ser valorizados, ter condições dignas de trabalho e um processo formativo constante e permanente. O Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) traz em suas metas a formação docente e à valorização da carreira profissional, amarrando-se uma meta a outra, sendo indissociáveis.



Meta 17, diz: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE;

Meta 18, diz: Assegurar no plano de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

No entanto, essas metas não são prioridades pelos governos, pelas políticas de Estado, a educação só é incessantemente mencionada em épocas eleitorais, pois é de conhecimento de todos que a educação é de fundamental importância para a sociedade, mas no primeiro momento tiram nossos direitos, verbas, aparecem com uma descontinuidade de programas poucos viáveis e o que era para dar qualidade se desmaterializa a curto prazo.

Algumas políticas públicas criadas tiveram/tem, importantes contribuições para a profissionalização docente, para a educação, mas essas são tímidas e desconectadas. Enquanto intelectuais que somos, não podemos aceitar calados que não se cumpram as metas estipuladas por um período de 10 anos alegando que é por dificuldades financeiras, pois muitos estados com menores PIBs conseguiram atingir as metas propostas enquanto outros riquíssimos alegam a falta de dinheiro. Cabendo concluir que o não atingir a meta está fortemente ligado a desvalorização da educação, a planos de governos não voltados para uma educação justa e de qualidade.

Além do Plano Nacional de Educação-PNE, quero trazer para refletirmos a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, documento orientador para os sistemas de ensino para organizar e construir as propostas curriculares, que chega para o docente como mecanismo de regulamentação do trabalho, se tornando um copia e cola, sendo um retrocesso na práxis docente, onde o profissional docente não consegue exercer seu trabalho e o direito à formação crítica, emancipatória, do exercício da autonomia, de sua constituição crítica e problematizadora diante da realidade que convive, pois o mesmo é unificado de norte a sul no país.

A BNCC que deveria ser um documento norteador, se tornou regulamentadora, padronizando o aprendizado de todos os docentes do Brasil, dando ênfase a testes avaliativos padronizados, restringindo e retirando a autonomia dos docentes em construir os planos de ensino, nos tornando desintelectualizado e alienando-nos a esse instrumento. Segundo Freitas

(2012, p.383), diz que, o tecnicismo se constitui na atualidade, “sob a forma de uma ‘teoria de responsabilização’, meritocrática e gerencialista”.

A BNCC sendo de caráter normativo define as aprendizagens consideradas essenciais, a quais todos os discentes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, acarretando em um processo de desintelectualização que ocorre com a desvalorização do trabalhador docente, enquanto intelectual transformador da educação.

Em suma, observamos segundo LEHER e MOTTA:

competências para o mercado, flexibilização do controle estatal sobre a educação privada, individualização do ato pedagógico, avaliação tecnocrática para estimular a competição entre as instituições educacionais por meio de rankings, prêmios e castigos, educação compensatória elementar (ler, contar, escrever) para os chamados pobres (LEHER e MOTTA, 2012, P.578)

Essa política pública tão esperada, desejada, não nos tem garantido a valorização/formação dos profissionais que somos na educação, pelo contrário, ela enfatiza o conteudismo, a disciplinarização e acima de tudo o controle sobre nosso fazer docente. Não nós escutam, não nos dão autonomia, não nos respeitam, nos alienando dia após dia no processo, nos desvalorizando e precarizando o nosso fazer, nos fragilizando e ficando a merce dos interesses por uma educação para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola que quero, que almejo, é uma escola que considere os aprendizados dos discentes, que eles possam ser respeitados, valorizados, pois chegam até a instituição escolar, recheados de bagagem de muitas gerações. Quero uma escola, que seja para a vida do discente, não apenas para a sociedade capitalista, em uma educação tecnicista, mas que leve em consideração o ser humano, cheio de anseios, sonhos, inquietações, críticos, onde o docente possa ser o profissional que lapida comportamentos, que inspira ideias, que ajuda formar cidadãos, que desenvolve pessoas preparadas para a sociedade moderna, que ajuda organizar os pensamentos, com estudos científicos e socioculturais para que assim possam usufruir dos ensinamentos em sua vida diária.

Quão é importante sermos docentes pesquisadores, críticos e reflexivos, comprometidos com uma visão de escola que seja verdadeiramente de qualidade e

socialmente justa para todos os estudantes, mesmo tendo políticas públicas que tentam nos impossibilitar de sermos intelectuais.

Alguns pontos precisam ser sempre enfatizados para que tenhamos uma escola justa e para todos, que são: Desenvolvimento humano, pois a educação não se resume apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, ela deve também promover o desenvolvimento integral dos discentes, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e éticos; Autonomia docente, os professores devem ter autonomia para desenvolver práticas pedagógicas que atendam às necessidades individuais de seus discentes e promovam um ambiente de aprendizagem significativo; Participação da comunidade na elaboração de políticas educacionais, incluindo docentes, discentes, responsáveis e membros da comunidade local, garantindo que as decisões reflitam as necessidades e realidades locais; Equidade, buscando promover e garantindo que todos os discentes tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia, gênero ou outras características; Formação e valorização docente, a qual os docentes devem receber formação de qualidade e serem valorizados profissionalmente, reconhecendo-se sua importância na formação das futuras gerações e oferecendo-lhes condições adequadas de trabalho e desenvolvimento profissional; Currículo e avaliação, onde o currículo e as práticas de avaliação devem ser holísticos, indo além da mera transmissão de conteúdos para incluir o desenvolvimento de habilidades críticas, reflexivas e criativas nos discentes, tornando-os emancipados. Promovendo esses aspectos, os governantes poderão contar sempre com uma mão de obra docente mais eficiente e comprometida, contribuindo para a construção de uma escola e uma sociedade mais justas, democráticas e inclusivas. Ouvir e valorizar os docentes é fundamental para alcançar esse objetivo, pois são eles que estão na linha de frente da educação e conhecem de perto as necessidades e desafios enfrentados pelos discentes e pela comunidade escolar.

Podemos concluir que as políticas públicas são um amparo legal que a sociedade capitalista encontra para o avanço na educação e sua padronização, engessando curricularmente aos interesses do mercado do trabalho, das diversidades e das minorias sociais, desqualificando e desvalorizando o docente em sua perspectiva produtiva tecnicista.

Os estudos continuam, e o diálogo entre diferentes atores educacionais são fundamentais para impulsionarmos mudanças positivas nesse sentido. A tarefa não é fácil, mas sempre há espaço para se sonhar.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

REFERÊNCIAS

CONAE 2024 - Doc Referência - 18-10 - Governo Federal **CONAE 2024: PROCESSOS E DESDOBRAMENTOS**. A Conferência Nacional da Educação.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**. Porto Alegre: Artemed, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun.2012.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia Cardoso da. **Políticas Educacionais neoliberais e educação do campo**. In CALDART, Roseli, ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs).

Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LENOIR, Y. et al (Orgs.). **Les finalités éducatives scolaires: clarifications conceptuelles**. In: LENOIR, Y., ADIGÜZEL, O., LENOIR, Y., LIBÂNEO, J. C. et TUPIN, F. (Eds.). Les finalites éducatives scolaires: pour une étude critique des approchers théoriques, philosiphiques et idéologiques. Saint-Lambert: Groupéditions Éditeurs, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados 2007.